

O círculo quadrado da moeda europeia

José Luís Fiori



"Germany is the dominant power in Europe, but they don't want to take responsibility for it. When you are in that position, you must be prepared to spend something. With the euro, Germany wants to have its cake and eat it. The German question is back, you can't get away from it."

Ao contrário da crise americana de 2008, a crise europeia de 2010 não é apenas financeira, nem se restringe à insolvência de alguns estados de menor importância econômica, dentro da comunidade. Agora sim se trata de uma crise monetária, de insolvência do próprio euro, uma moeda que é emitida por um Banco Central "metafísico", que não pertence a nenhum Estado, nem administra a dívida de nenhum Tesouro Central.

O novo sistema monetário europeu começou a ser construído com o Tratado de Maastricht, em 1992, e culminou com a criação do euro, em 2002. Baseado na suposição dos dirigentes europeus de que essa nova moeda "global" conduziria à criação de um poder central capaz de geri-la. Apesar disso, a história europeia ensina que foram sempre os seus estados que emitiram suas próprias moedas soberanas, definindo e garantindo o seu valor e a sua circulação com base na sua capacidade de tributação e de endividamento.

Desse ponto de vista, se pode dizer que o euro tem uma "falha de nascimento", e que funcionou até hoje como uma espécie peculiar de moeda semi-privada e inconclusa, sendo aceita com base na crença privada e na certeza pública de que o BCE e a Alemanha cobririam todas as dívidas emitidas pelos 16 estados membros da "eurozona"—como ocorreu até 2008, permitindo que todos esses países praticassem taxas de juros quase iguais às da Alemanha, apesar da sua imensa desigualdade de poder e riqueza.

A situação mudou depois do colapso financeiro de 2008, quando a primeira-ministra alemã, Angela Merkel, estabeleceu o novo princí-

pio de que cada país europeu teria que ser responsável — a partir daquele momento — pelos seus próprios bancos, e pela cobertura de suas dívidas soberanas. A consequência imediata da nova posição alemã foi a crise de insolvência de alguns governos da Europa Central, no ano de 2009, contornada pela intervenção do FMI. No início de 2010, entretanto, a denúncia do novo governo socialista da Grécia, de que o déficit orçamentário do ano anterior, havia sido maior do que havia sido publicado inicialmente serviu como estopim de uma nova crise, que foi magnificada pelo veto alemão — durante seis meses — a qualquer tipo de ajuda comunitária ao governo grego. Até o momento em que a situação da Grécia ameaçou se estender a outros países endividados, atingindo a própria "credibilidade" do euro, obrigando a Alemanha a aceitar a aprovação do Fundo Europeu de Estabilização Financeira, com capacidade anual de mobilização de até € 750 bilhões. Valor suficiente para contornar a crise imediata, mas incapaz de reverter a desmoralização do sistema monetário europeu, que foi criado em 2002, sob a tutela alemã.

Para corrigir essa "falha de fabricação" do euro, a França propôs a

criação de um “governo econômico europeu”, que não foi aceito pela Alemanha. O governo alemão, por sua vez, propõe — sem o apoio francês — a criação de um Fundo Monetário Europeu, para exercer o controle rigoroso da disciplina fiscal da eurozona, com o poder de expulsão dos faltosos. O impasse permanece, mas assim mesmo, no curto prazo, se impôs a posição alemã favorável a um ajuste fiscal draconiano a todos os países da zona do euro. Como o ajuste está

O euro só terá valor efetivo quando for lastreado por um poder e por um Tesouro Central responsáveis

sendo aplicado em economias que já estão estagnadas e com altas taxas de desemprego, é como colocar gasolina na fogueira e apostar numa profunda e prolongada recessão, como fizeram os EUA no início da crise da década de 1930. Mas, atenção, porque neste caso, a recessão e a desvalorização do euro, apesar de tudo, acabarão beneficiando a Alemanha, como principal economia exportadora do velho continente, e acabarão transfe-

rindo para as economias mais fracas, o ônus da recessão, do desemprego, da perda salarial e da proteção social, e do aumento da luta de classes, da xenofobia e do nacionalismo de direita.

O que é pior, entretanto, é que nada disto resolverá o problema da insolvência do euro, porque a moeda europeia só terá valor efetivo no momento em que for lastreada por um poder e por um Tesouro Central capazes de assumir a responsabilidade permanente pela sua sustentação, com base na sua capacidade de tributação e endividamento. Se isso não acontecer, e se os pequenos estados europeus não aceitarem a condição de províncias fiscais da Alemanha, o sistema monetário europeu, e o próprio euro, estão com seus dias contados. Por quanto tempo? Talvez o tempo que dure o atual armistício europeu, do pós-II Guerra Mundial, que desta vez se chamou de União Europeia.

* J. Pisani-Ferry, “Toward a system to secure the euro”, FT, 22/06/2010

José Luís Fiori é professor titular de economia política internacional do Núcleo de Estudos Internacionais da UFRJ. Escreve mensalmente às quartas-feiras.

Por ora, a melhor opção

O novo plano decenal de energia volta valorizar as hidrelétricas.

O governo federal planeja investimentos em hidrelétricas nos próximos anos, o que deverá ajudar a manter a matriz brasileira a mais limpa do que a média mundial. Sob o ponto de vista da mobilidade, os planos apontam, porém, para um gigante reforço na exploração e oferta de petróleo. Nos próximos dez anos, quase metade (48%) da energia produzida no Brasil virá de fontes renováveis. O Plano Decenal de Energia (PDE-2019), mostra que a geração de eletricidade será majoritariamente (69,85%) oriunda de hidrelétricas, com uma expansão tímida de outras fontes renováveis como biomassa e eólica, ou de térmicas a gás natural, consideradas mais limpas do que a geração a carvão ou a óleo combustível.

Na área do petróleo, com os investimentos no pré-sal, o PDE-2019 estima um excedente da produção brasileira de mais de 2 milhões de barris diários, o que significa dizer que, nos próximos dez anos, seremos movidos basicamente por dois combustíveis que ainda não se misturam muito bem: água e petróleo. Para o professor Adilson de Oliveira, titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, não há nenhuma surpresa; "O governo está dizendo claramente que vai investir em hidrelétricas para a geração de eletricidade, e na parte de combustíveis vai investir em petróleo". Traduzidos em reais, os planos do governo representarão investimentos de quase 1 trilhão de reais no setor energético, dos quais 70,6% na área de petróleo e gás natural, 22,5% em energia elétrica e pouco menos de 7% em biocombustíveis líquidos (etanol e biodiesel).

O planejamento de investimentos no setor "está adequado aos desafios de um crescimento anual médio no PIB de 5,1% e uma expansão do consumo energético da ordem de 5,9%", diz Mauricio Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), ligada ao Ministério de Minas e Energia, responsável pelo plano decenal. "Acho que está de bom tamanho. É preciso lembrar que estamos falando de uma projeção de longo prazo." Na última década, o crescimento médio anual foi de 3,5%.

"É um desafio muito grande manter um crescimento de 5,1%, durante os próximos dez anos", diz Tolmasquim. A soma dos investimentos em geração de energia limpa (hidrelétrica, biomassa, eólica e biocombustíveis líquidos), que chega próximo de 30% do total, representa o equilíbrio possível, segundo o presidente da EPE. "Se o Brasil conseguir manter um crescimento elevado nesse período sem sujar a sua matriz energética, será uma grande vitória."

O raciocínio é endossado em parte pelo professor José Goldemberg, físico e

especialista em energia do Instituto de Eletrotécnica e Energia (IEE) da USP. Goldenberg vê avanço no fato de a matriz não piorar, principalmente por conta do salto de crescimento previsto na exploração de petróleo". Mas, segundo ele, "o PDE não é um plano de energia, mas um plano de hidrelétricas".

(...)

As fontes renováveis, grandes estrelas na geração de energia limpa, como eólica, solar; mares, biomassa e mesmo as PCHs, ocupam um papel secundário nos planos energéticos do governo, quando visto pela ótica dos números. As renováveis apresentam uma perspectiva de crescimento de sua participação de 3,2 pontos percentuais no decênio, ou 10 mil megawatts de capacidade de geração. Do total, o destaque fica por conta das fontes eólicas, responsáveis por 6.041 megas da nova energia verde a ser gerada.

Uma das projeções mais polêmicas do PDE-2019 diz respeito à perda de participação das termoelétricas, de 19% para 15%, especialmente pela redução do uso de óleo diesel em 33%. Na visão de Oliveira, da UPRJ, os investimentos em termoelétricas, principalmente se movidas a gás natural, deveriam crescer. Para ele, as térmicas funcionam de forma prática e econômica como reservatórios adicionais aos das hidrelétricas, suprimindo a energia que essas deixam de produzir nos períodos de seca.

No papel, os planos do governo apontam para uma total ausência de novos projetos de geração de energia de fontes térmicas a partir de 2013. No quesito dos investimentos, o PDE prevê a módica quantia de 3 bilhões de reais para projetos já autorizados. As usinas nucleares manterão sua participação de 2%, percentual assegurado com a entrada em operação de Angra 3, prevista para 2015.

(...)

Com mais de 70% de todo o investimento previsto para o setor energético na década, petróleo e gás natural serão a base da geração de energia necessária para suportar o desenvolvimento do País. Somente na área de exploração e produção, serão 506 bilhões de reais, que farão o volume produzido no Brasil saltar de 2,2 milhões para 5,1 bilhões de barris dia gerando um excedente de 2,1 bilhões de barris diários.

O gás natural poderá alcançar uma produção de 230,8 milhões de metros cúbicos diários, ante um volume atual de 80 milhões, crescimento de 300%. Segundo Goldemberg, o gás natural é um dos pontos do PDE que ele não entendeu. "O gás é um excelente combustível, inclusive do ponto de vista da poluição local, porque não emite particulados nem enxofre. Então seria uma ótima opção." Em sua opinião, o governo erra na política de preços do gás natural, que reduz sua competitividade.

Para absorver esse crescimento da produção na área do petróleo, os estudos

consideram como premissa básica a inserção do Brasil no mercado internacional, o que exigirá "a construção de novas instalações de refino, com alta capacidade de conversão e processos mais sofisticados, focando a produção de derivados médios, seja para consumo interno, seja para exportação". A capacidade de produção nacional de derivados deverá ter crescimento de 65%. o que exigirá investimentos de 77.5 bilhões de dólares.

No balanço final das metas de sustentabilidade exigidas pelo combate às mudanças climáticas, apesar do discurso recheado de "critérios socioambientais", os estudos mostram que o setor energético não está entre os que contribuirão para que o Brasil atinja até 2020 os 36,1% a 38.9% de redução de emissões assumidos em Copenhague. Pelo plano, o setor de energia registrará um crescimento de suas emissões da ordem de 65%. Os autores do planejamento argumentam que esse volume de emissões ainda é pequeno, equivalente a cerca de metade das de 2005, provocadas pelas mudanças de uso do solo (desmatamento), ou cerca de 31% do total de emissões daquele ano.

Ainda assim, conclui o plano decenal, o Brasil se colocará, daqui a dez anos entre os países com menor índice de emissões, permanecendo na mesma posição que ocupa hoje (18º lugar). Pouco deve mudar também em termos per capita ou na relação com o crescimento do PIB. Atualmente, enquanto um cidadão norte-americano emite cerca de 20,5 toneladas de CO₂/ano, um brasileiro coloca na atmosfera, por ano, 2 toneladas. Em termos de intensidade da economia, diz o estudo, para produzir 1 milhão de reais de PIB, excluindo as emissões devido ao desmatamento, a China emite 1.052 toneladas de CO₂, os Estados Unidos emitem 473 toneladas e o Brasil 220 toneladas.